

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 62/2022JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO
(ART. 24, II, LEI 8.666/93)**1 – OBJETO:**

A presente dispensa de licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO COMPOSTO DE 04 CAMERAS DE VIGILÂNCIA CADA A SEREM INSTALADAS EM DOIS PONTOS NO MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC (PRAÇA MUNICIPAL E MORRO DO CRISTO)

2 - DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA

2.1. A presente Dispensa de licitação se encontra amparada pela *Lei de Licitações e Contratos*, tendo em vista que os serviços requisitados totalizam R\$ 7.148,40 (sete mil, cento e quarenta e oito reais e quarenta centavos), preço que admite a Dispensa de acordo com o artigo 24, II, da Lei 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

2.2. Ressalta-se que a Administração Municipal, ainda que diante de Dispensa de Licitação, promoveu pesquisas de mercado a fim de encontrar o menor preço para a contratação do supramencionado serviço;

2.3. Os atos em que se realize a dispensa de licitação são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato, dito discricionário, **se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato**, dada a sua importância e necessidade extrema de idoneidade.

3 – DA CONTRATANTE

3.1. **MUNICÍPIO DE DESCANSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.026.138/0001-97, com sede na Avenida Marechal Deodoro, nº 146, centro, Descanso/SC.

4 – DO CONTRATADO

4.1 – CLEITON COGO 05556450960, pessoa jurídica inscrita no CNPJ n. 26.694.689/0001-95, com endereço na Estrada Linha Gaúcha, SN, interior, Município de Descanso/SC.

5 – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE

5.1 – A contratação nos termos e condições em epígrafe, será realizada considerando o baixo valor apresentado para a prestação dos serviços, conforme segue abaixo:

tem	Especificação	Unidade	Quantidade	Preço Total
1	SISTEMA DE MONITORAMENTO COMPOSTO DE 04 CAMERAS DE VIGILÂNCIA/MONITORAMENTO 1220 BULLET 1080 P/CAIXA/CONEC. GRAVADOR DE VIDEO DIGITAL, NOBREAK DE 700 VA, FONTE 5A 12V E CABO LAN CAT5 (ENTRE 90 A 110M)	Un	02	R\$ 6.148,40
2	MÃO DE OBRA INSTALAÇÃO DE DOIS SISTEMAS DE MONITORAMENTO COMPLETOS	Un	01	R\$ 1.000,00
			Total	R\$ 7.148,40



6 – DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DOS PRAZOS:

6.1- O contratado deverá proceder a entrega do serviço completo de forma imediata, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, devendo entregar o objeto no local indicado pelo responsável.

6.2 - Os preços cotados não serão reajustados.

7 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado na semana subsequente à prestação, mediante a apresentação da Nota Fiscal, desde que esteja em condições de liquidação e pagamento. Consigne-se que serão efetuadas as retenções de tributos, quando couber, nos termos da legislação vigente.

8 – DA DESPESA

8.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificadas e codificadas: **(37/2022); (38/2022); (95/2022); (96/2022).**

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - A proponente contratada apresentou a seguinte documentação para comprovação de habilitação jurídica e regularidade fiscal, conforme exigências do art. 27 da Lei 8.666/93, especialmente:

- a) Cartão CNPJ;
- b) Prova da regularidade conjunta para com a Fazenda Federal, União e Previdência (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da empresa (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- e) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- f) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, de acordo com as prerrogativas da Lei 12.440/11, com validade;

10 - CONCLUSÃO

Tendo em vista os itens em epígrafe, remeta-se para elaboração de parecer jurídico, no que tange à possibilidade de contratação por dispensa de licitação, para posterior ratificação pela autoridade competente.

Descanso/SC, 01 de dezembro de 2022.

FELIPE JOSÉ TERNUS
Presidente da CPL

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica.

ROGÉRIO DE LEMES
OAB/SC-21.018
Assessor Jurídico

DE